

## **PROJETO DE LEI Nº 4.067, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017**

**Estabelece medidas protetivas e procedimentos para os casos de violência contra os servidores do quadro da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Timóteo.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE TIMÓTEO aprova:

**Art. 1º** Esta lei estabelece medidas protetivas e procedimentos para os casos de violência contra servidores pertencentes ao quadro da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Timóteo lotados nas escolas públicas municipais.

**Art. 2º** Para os efeitos desta lei, configura violência contra os servidores qualquer ação ou omissão decorrente da relação de sua profissão que lhe cause morte, lesão corporal, dano patrimonial, dano psicológico ou psiquiátrico praticada direta ou indiretamente no exercício de sua profissão.

**Parágrafo único .** Considera-se também como violência a ameaça à integridade física ou patrimonial do servidor.

### **CAPÍTULO I**

#### **Da Prevenção e do Combate à Violência nas Escolas**

**Art. 3º** Para efetiva prevenção e combate à violência nas escolas, serão adotadas as seguintes medidas preventivas:

I - realização de seminários e debates anuais nas escolas sobre o tema “Violência no ambiente escolar” com a participação de alunos, funcionários da escola e comunidade;

II - realização de seminários e palestras informando os procedimentos a serem adotados em caso de violência ou ameaça de violência no ambiente escolar, contando com o envolvimento dos servidores das escolas e da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Timóteo;

III - integrar o tema sobre a violência no ambiente escolar e cultura de paz ao currículo e projeto político pedagógico da escola;

IV - criação de equipe multidisciplinar nas Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Timóteo para mediação de conflitos no âmbito das escolas municipais e acompanhamento da vítima no ambiente escolar;

V - promover a formação para os agentes públicos que serão responsáveis pelos procedimentos definidos nesta lei e para a equipe multidisciplinar;

VI - criação e manutenção de protocolo *on-line* para registro da agressão ou ameaça de agressão, com fácil acesso e uso e com ampla divulgação, nas escolas e na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Timóteo;

VII - criação de outras medidas protetivas de modo a reduzir ou eliminar a violência ocorrida no ambiente escolar.

## CAPÍTULO II

### Do Atendimento Inicial

**Art. 4º** Na hipótese de prática de violência física contra o servidor, a sua chefia imediata, ao tomar conhecimento da ocorrência, adotará em até três horas após a agressão, as seguintes providências:

I - acionará imediatamente a Polícia Militar, comunicando o fato ocorrido, com o devido registro através do boletim de ocorrência;

II - encaminhará o servidor agredido ao hospital ou posto de saúde, bem como ao Instituto Médico-Legal para o devido atendimento e medidas cabíveis;

III - acompanhará, se necessário, o servidor agredido, para assegurar a retirada de seus pertences do estabelecimento de ensino ou do local da ocorrência;

IV - comunicará o fato ocorrido aos pais ou responsável legal do agressor, no caso de aluno, e, se o aluno for menor de dezoito anos, deverá acionar o Conselho Tutelar;

V - comunicará oficialmente, por escrito, à superintendência regional de ensino a agressão ou a ameaça de agressão ocorrida;

VI - informará ao servidor os direitos a ele conferidos nesta lei, em especial, sobre o protocolo *on-line*.

**Art. 5º** A chefia imediata do servidor agredido adotará as seguintes providências até trinta e seis horas após a agressão:

I - procederá ao registro em ata, obrigatoriamente contendo o relato do servidor agredido;

II - dará ciência à equipe multidisciplinar da superintendência regional de ensino para que esta promova o acompanhamento da vítima no ambiente escolar;

III - possibilitará que a vítima da violência no ambiente escolar tenha o direito de mudar o turno ou o local de trabalho, ou de se afastar das suas atividades, desde que assegurada a percepção total de sua remuneração;

IV - providenciará o imediato afastamento do agressor do convívio da vítima no ambiente escolar;

V - dará início aos procedimentos necessários para a emissão da Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT.

**Parágrafo único .** Caso não seja possível possibilitar que a vítima da violência no ambiente escolar tenha o direito de mudar o turno ou o local de trabalho no prazo de trinta e seis horas, em razão de licença para tratamento de saúde da vítima, tal opção se dará imediatamente após o regresso às atividades.

**Art. 6º** Nos casos de iminência de violência contra servidor, a chefia imediata deverá, prontamente, tomar as medidas cabíveis para assegurar a integridade física e mental do servidor.

### **CAPÍTULO III**

#### **Da Agressão Verbal ou da Ameaça**

**Art. 7º** Na hipótese de iminência ou de prática de violência verbal ou ameaça contra o servidor, a sua chefia imediata, ao tomar conhecimento da ocorrência adotará em até três horas após a agressão, as seguintes providências:

I - acionará imediatamente a Polícia Militar, comunicando o fato ocorrido, com o devido registro através boletim de ocorrência;

II - comunicará o fato ocorrido aos pais ou ao responsável legal do agressor, no caso de aluno, e, se o aluno for menor de dezoito anos, deverá acionar o Conselho Tutelar;

III - comunicará oficialmente, por escrito, à Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Timóteo a agressão verbal ou a ameaça ocorrida;

IV - informará ao servidor os direitos a ele conferidos nesta lei, em especial, sobre o protocolo *on-line*.

**Art. 8º** A chefia imediata do servidor agredido adotará as seguintes providências até trinta e seis horas após a agressão:

I - procederá ao registro em ata, obrigatoriamente contendo o relato do servidor agredido verbalmente ou ameaçado;

II - dará ciência à equipe multidisciplinar da Secretaria Municipal de Educação e

Cultura de Timóteo para que esta promova o acompanhamento da vítima no ambiente escolar;

III - possibilitará que a vítima da violência no ambiente escolar tenha o direito de mudar o turno ou o local de trabalho, ou de se afastar das suas atividades, desde que assegurada a percepção total da sua remuneração;

IV - providenciará o imediato afastamento do agressor do convívio da vítima no ambiente escolar, no caso de ameaça à integridade física do servidor agredido.

**Parágrafo único .** Caso não seja possível possibilitar que a vítima da ameaça no ambiente escolar tenha o direito de mudar o turno ou o local de trabalho no prazo de trinta e seis horas, em razão de licença para tratamento de saúde da vítima, tal opção se dará imediatamente após o regresso às atividades.

## **CAPÍTULO IV**

### **Das Disposições Finais**

**Art. 9º** A inobservância das normas contidas nesta lei implicará responsabilidades administrativa, civil e penal para o infrator e para quem, direta ou indiretamente, tenha dado origem ao ato de omissão e perda do prazo legal.

**Art. 10 .** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 02 de outubro de 2017

Professor Diogo Siqueira  
Vereador

## **JUSTIFICATIVA**

Uma pesquisa global da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) com mais de 100 mil professores e diretores de escola do segundo ciclo do ensino fundamental e do ensino médio (alunos de 11 a 16 anos) põe o Brasil no topo de um ranking de violência em escolas. Brasil é número 1 no ranking da violência contra professores. É o índice mais alto dos 34 países estudados.

A violência nas escolas tem sido uma constante no cenário educacional brasileiro. Muitos professores têm, em seu cotidiano, sofrido ameaças à sua integridade física e psicológica cometida pelo corpo discente. Essa realidade gera uma situação de extrema dificuldade ao trabalho pedagógico, visto que aos professores não há aparos administrativos que coíbam a prática e deem suporte à vítima.

Outros fatores ainda pesam mais a situação do grupo docente. Muitos dos casos relatados e registrados ficam na impunidade e, às vezes, se reverterem contra o professores.

Diante do exposto, em referência à Lei Estadual nº 22.623/2017, esse projeto visa criar mecanismos que coíbam qualquer tipo de violência e conscientize os discentes, comunidade escolar, país e outros membros da importância de valorizar os professores.

Contamos Com os nobres pares para aprovação da matéria.

Sala das Sessões, 02 de outubro de 2017

Professor Diogo Siqueira  
Vereador